



Polícia Civil integra operação Fort Summer em Formiga

Nesta segunda-feira (18/3), em Formiga, no Centro-Oeste do estado, a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) integrou a operação Fort Summer, que teve como alvos frigoríficos da cidade investigados por furto e receptação de gado, maus tratos a animais, falsidade ideológica e crimes ambientais.

A operação, coordenada pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), também contou com o apoio da Coordenadoria Estadual de Defesa dos Animais (Ceda), do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) regional Centro-Oeste, do Procon Estadual e da Polícia Militar. Ao todo, foram cumpridos sete mandados de busca e apreensão nas residências e nas empresas dos investigados.

Investigação

A expedição dos mandados pela Vara Criminal de Formiga se deu dentro de Procedimento Investigatório Criminal (PIC) instaurado pelo MPMG a fim de apurar a prática de crimes de furto/receptação de gado, maus tratos a animais, bem como falsidade ideológica e delitos ambientais.

Durante a investigação, apurou-se que os suspeitos mantinham um depósito para vender produtos alimentícios adulterados e/ou corrompidos, bem como misturavam gêneros e mercadorias de espécies diferentes, para vendê-los ou expô-los à venda como puros, praticando o preço estabelecido para aqueles de mais alto custo.

Comprovou-se também que os envolvidos adquiriam reses doentes a preço baixo, realizavam o abate clandestino e colocavam essa carne, imprópria para o consumo e com alto risco de transmissão de doenças, para a comercialização. Há ainda indícios da prática de lavagem de dinheiro, o que poderá ser comprovado a partir da operação de hoje e a continuidade das investigações.

Fornecimento a escolas

Boa parte da carne era destinada à merenda escolar de crianças. O fornecimento para as instituições de ensino é resultado dos baixos custos ilicitamente alcançados pelas empresas investigadas, que, conseqüentemente, obtinham sucesso em licitações realizadas por prefeituras mineiras.

Maus-tratos

Além disso, os investigados não observam os critérios descritos na legislação específica para os procedimentos humanitários de manejo pré-abate e abate destinados ao bem-estar animal. Não foram constatados durante a investigação treinamento da equipe de manejo e técnico da responsável técnica em relação ao manejo dos animais, resultando em maus-tratos. Assim, incorrem os investigados na prática do crime descrito no art. 32 da Lei de Crimes Ambientais.

Apurou-se, ainda, que os investigados fizeram uso indevido de selo público, como etiquetas e carimbo do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), em proveito próprio.

Participaram da operação dois promotores de Justiça, 11 policiais militares do Policiamento de Meio Ambiente, dez policiais militares do 63º Batalhão, dois policiais militares do Gaeco e quatro policiais civis, além de servidores do MPMG.

*Com informações do MPMG